

ESTEREOTIPIA E PRECONCEITO: SER INDÍGENA EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS-ALAGOAS

¹Mary Hellen Lima das Neves (UFAL)

E-mail: maryhellenlima@hotmail.com

RESUMO: Este estudo tem como objetivo pesquisar como se dão as relações entre indígenas e não indígenas, buscando compreender o que sustenta este estereótipo preconceituoso dado e “eternizado” ao povo Xukuru-Kariri. Também busca identificar características existentes no município de Palmeira dos Índios/Alagoas, que o tradicionaliza enquanto região de cultura múltipla, com mais ênfase a cultura indígena, e a partir de então apresentar as contradições existentes por trás da demarcação física das terras indígenas, para isto tomaremos como base os relatos tanto dos habitantes das aldeias indígenas, quanto dos não indígenas, acerca desta temática. Como suporte teórico foram utilizados Alberti (1996), Arruti (1996), Barros (2013), Carrara (2002), Peixoto (2013), Silva (2017), entre outros pesquisadores.

Palavras – Chave: Identidade. Estereótipo. Conflito.

Introdução

Palmeira dos Índios localiza-se na região Semiárida do estado de Alagoas, atualmente possui uma população estimada em cerca de 74.049² habitantes, tendo como população indígena um contingente em torno de 2.800 habitantes segundo dados do IBGE, foi elevada à categoria de cidade no ano de 1889 e tem sua história marcada por conflitos territoriais entre os índios Xukuru-Kariri e fazendeiros. No século XIX³, os índios receberam uma doação de terras da Sesmaria de Burgos sendo a mesma registrada em Cartório na cidade de Garanhuns – PE em 27 de Julho de 1773, e por isso foram duramente perseguidos.

Ainda na metade do século XIX⁴ o agreste alagoano foi palco de um processo político onde os índios tiveram que criar estratégias de sobrevivência. Como afirma Luiz Torres, “muitas foram às investidas dos não índios para tomarem as terras habitadas pelos Xucuru-Kariri; os viciaram com cachaça, desvirginaram suas filhas, roubaram suas mulheres e quando o índio reagia era

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Especialista em Ensino de História – Novas Abordagens pela Faculdade São Luís de França – FSLF. Membro do Grupo de Pesquisa de História Indígena de Alagoas GPHIAL. Professora do Ensino Fundamental da rede particular.

² Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em 2016. Acesso no dia 15/09/2016.

³ Dados obtido na Dissertação de Mestrado em Antropologia de Adelson Lopes Peixoto. **Memórias e imagens em confronto:** os Xukuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. João Pessoa, UFPB, 2013.

⁴ Nesse período os aldeamentos foram extintos, em Alagoas tal ação aconteceu via decreto provincial em 1872, assim era como se não mais existisse índios na região, e quem se declarasse índio corria risco de morrer.

cruelmente castigado para que com isso ele se rendesse ou fugisse dali”. (TORRES, 1984, p. 34). Diante dessa situação e como mecanismo de defesa usaram a estratégia da invisibilidade, camuflando-se entre a sociedade não índia e negaram sua identidade como tentativa de sobrevivência. No entanto essa estratégia gerou consequências irreversíveis principalmente à sua cultura, a não oficialização dos grupos indígenas na região e conseqüentemente a conquista de seus territórios tradicionais. “A imagem do caboclo aparece em obras literárias sobre fatos pitorescos, recordações, “estórias” das regiões Agreste e Sertão nordestino. Como personagens típicos e curiosos que buscavam se adaptar às novas situações de sem-terras, vagando em busca de trabalho para sobrevivência”. (SILVA, 2011, p. 02)

Os anos de silêncio aos quais os povos indígenas tiveram que se sujeitar, tanto foi prejudicial para seus pares, quanto para a história, pois estes acontecimentos dificultaram muito as pesquisas e as produções escritas sobre sua história. Como possibilidade a oralidade e a memória se configuraram como ferramentas imprescindíveis para tentar diminuir as lacunas existentes e dar voz aos silêncios. Assim, este artigo apresentará alguns relatos obtidos em entrevistas com indígenas da Aldeia Mata da Cafurna e apresentará algumas imagens fotográficas que refutam a tentativa de clandestinidade imposta a esses povos em Palmeira dos Índios.

A história Oral é um método de pesquisa que se faz presente em estudos históricos desde meados de 1950 na Europa e a partir de 1970 no Brasil. São as fontes orais que possibilitam a tentativa de compreender o passado através de relatos dados por pessoas que testemunharam momentos relevantes na história. Estudiosos como Verena Alberti, percebe a História Oral como um campo de estudo muito procurado nos últimos anos, principalmente por ela fazer relações com outras áreas de discussão como a memória, por exemplo. Segundo Alberti “a oralidade não pode se aplicar de forma aleatória, é necessário que esta metodologia seja pensada como ferramenta que possibilite a recuperação do vivido, conforme foi concebido por quem viveu”. (ALBERTI, 1996, p.02)

O município de Palmeira dos Índios carrega consigo uma história multicultural, agregando várias tradições, a temática indígena tem a necessidade de ser discutida, pois ela ainda não é compreendida por grande parte da população como um dos elementos que compõem a cultura desta cidade. Muitos dos gestores que assumiram o município optaram por tratar o índio como figura folclórica, fantasiosa, lendária ou simplesmente como ícone do passado.

Apesar da invisibilidade⁵ e da clandestinidade imposta ao índio durante muito tempo, este se faz presente em diversos aspectos do nosso cotidiano desde a formação de Palmeira dos Índios, numa situação de contraste com o não índio e até mesmo antes disso como nativo do lugar.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) contribuiu nos processos de retomada dos Xukuru-Kariri as suas terras imemoriais, e com isto eles foram aos poucos se reorganizando até conseguirem ressignificar seu espaço, enquanto marca identitária e práticas socioculturais, além do Ouricuri, principal ritual religioso dos povos indígenas. Segundo Arruti (1996) “a memória é o primeiro laço entre esta população – feita comunidade pelo recurso a uma memória compartilhada - e o espaço ocupado, transformado assim, pelo apego, em território”. Sendo assim voltar a conviver diariamente entre os seus pares, propiciou principalmente a socialização dos saberes tradicionais através de narrativas e simbologias que unem a memória dos mais antigos ao atual cotidiano dos habitantes por meio de suas relações com o tempo e o espaço.

Os índios Xukuru-Kariri descritos pelos não índios

No imaginário de muitas pessoas que habitam o município de Palmeira dos Índios, conviver com povos indígenas no mesmo território já foi possível, mas na atualidade isso se torna impossível pelo fato de que índios não existem mais. Segundo eles, o que existem são pessoas com algum tipo de parentesco indígena, mas nada que expresse uma cultura com existente. Possivelmente acreditando que, uma vez que na história indígena do município os aldeamentos tenham sido extintos, conseqüentemente seu povo também tenha se extinguido junto; situação esta que não condiz com a realidade, mas de tanto ser repetida fica incutida como verdade em muitos discursos contemporâneos.

Apesar do nome e da efetiva presença dos índios no cotidiano da região, é comum registrar discursos e/ou atitudes que tentam invisibilizar tal presença. É perceptível que existe uma negação por parte da sociedade em não aceitar que seu município é também habitado por índios Xucuru-Kariri e como justificativa para esta negação argumentam que “índio não trabalha, é preguiçoso” não os reconhecendo enquanto etnia, falam de seus traços físicos, ignorando todo o processo violento que aconteceu por parte dos europeus que teve como resultado a mestiçagem e a mudança de hábitos, e esquecem que essas mudanças foram impostas, aos índios não restou opção.

O senso comum da população e a política indigenista oficial continuaram fortemente impregnados pela visão do índio como “primitivo”, morador da selva e “natural”. Essa visão serve de alguma forma como um argumento em

⁵ Termo utilizado por Aldemir Barros em seu livro *Aldeando sentidos: os Xukuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste Alagoano*. Maceió EDUFAL, 2013.

defesa das sociedades indígenas, mas alimentam suspeitas sobre a “autenticidade” ou a “pureza” das culturas que se afastam dessa “primitividade”. Para os povos indígenas já distantes daquele padrão do índio “selvagem” não tem sido fácil impor sua indianidade à sociedade e ao Estado brasileiro, apesar de contarem com o apoio político de entidades indigenistas de grande credibilidade e peso na sociedade, como é o caso do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) da Igreja Católica, de antropólogos e suas universidades e dos Procuradores da República do MPF, entre outros. (VAZ FILHO, 2006, p 05).

Muitos aprenderam a pensar o índio como um ser primitivo vivendo em ocas cobertas de palha, com os corpos nus, adornados com penas, palhas ou sementes ou simplesmente pintados. Certamente alguns deles podem ter vivido assim, no entanto a realidade mostra-se totalmente diferente, desmitificando este estereótipo, e deixando claro que cada etnia tem suas especificidades, o que justifica suas lutas para ter direito ao tratamento diferenciado de maneira que seja possível garantir sua existência, assim como os demais grupos sociais, como cita o morador da aldeia:

[...] o preconceito não vem de agora, ele é passado de geração em geração. O não índio, ele vê o índio como um ser inútil, que é inútil, que não tem que evoluir pra canto nenhum, ele tem que ser aquele mesmo índio de muitos tempos atrás, ele não pode preservar mais a sua cultura e ao mesmo tempo querer conviver com as tecnologias, por exemplo.

Durante as idas a aldeia é comum entre o povo Xucuru-Kariri relatos semelhantes a este acima, uma vez que parte da sociedade principalmente palmeirense, não economiza em atos preconceituosos contra ao povo indígena.

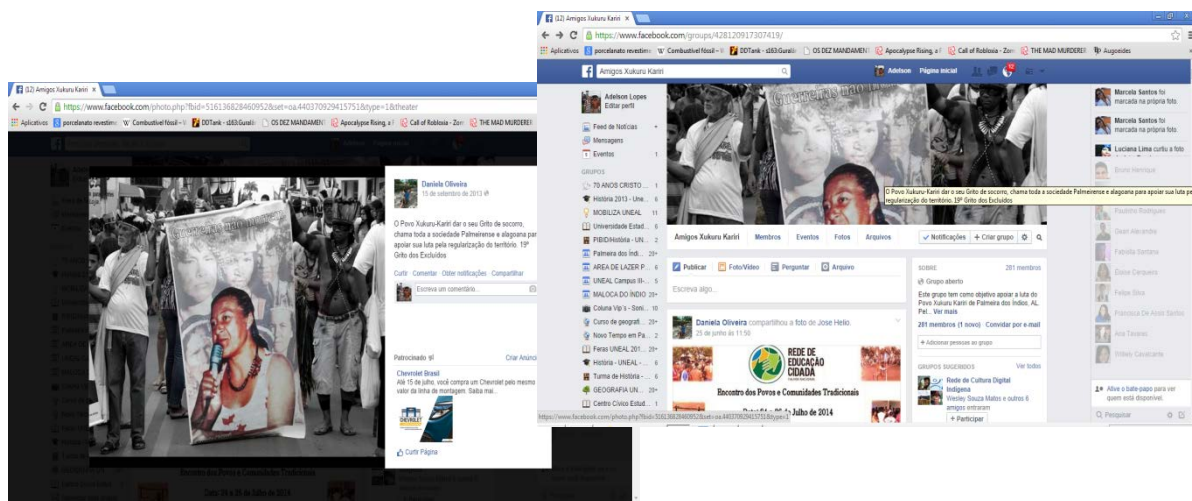
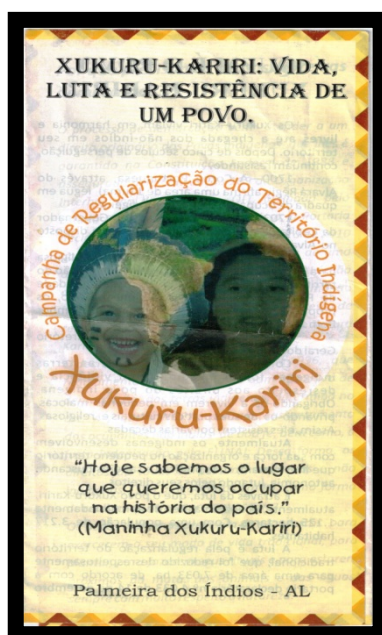
Parte do preconceito com o povo indígena Xucuru-Kariri e sua cultura é existente pelo estímulo dos posseiros das terras hoje em conflito, os mesmos são detentores de cargos públicos influenciáveis e donos dos principais meios de comunicação locais, além de serem organizadores de vários movimentos contrários ao processo de demarcação, a exemplo do **“Movimento Palmeira de Todos”** que no dia 20 de agosto de 2013, dia da emancipação política da cidade, convocou a população a proteger sua cidade de tudo o que pudesse causar risco à tranquilidade da população. No entanto sua principal intenção era recolher assinaturas de organizações, pessoas públicas e de cidadãos para poder recorrer contra o processo de demarcação física das terras que estava em estado adiantado.

Diante dos exemplos acima citados, é nítido o quanto a relação entre índios e não índios é delicada e resulta principalmente na negação da presença indígena estimulada por parte dos posseiros que tomaram posse das terras doadas aos índios ainda no século XIX.

Contrário a estas ações que cada vez mais invertem a realidade que está por trás destas falsas especulações e protestos. O povo Xucuru-Kariri também se manifestam tomando como

base os grupos de trabalho contratados pela FUNAI a fim de que se comprovasse o direito dos povos indígenas a esses territórios tradicionais, além de organizarem campanhas, assembleias e cartas de repúdio contra as inúmeras facetas criadas para desmoralizar o povo Xucuru-Kariri e consequentemente descredenciar seus direitos territoriais.

O movimento a favor das reivindicações do povo Xucuru-Kariri congrega membros da etnia, estudiosos e pesquisadores da temática, além de simpatizantes da causa. Esse grupo criou uma fanpage no facebook para divulgar suas ações, produziu folders, cartazes, cartilhas, camisetas e adesivos para angariar fundos para custear pequenas despesas com a mobilização. As imagens a seguir apresentam o folder da campanha e print's da fanpage.



A luta do povo indígena e a adesão de não índios ao movimento vem caracterizar a emergência de uma visibilidade étnica que foi negada em Palmeira dos Índios, mas que já não tem razão de ser. A popularização dos estudos sobre a História Indígena vem evidenciando a

construção de uma identidade local marcada pelo protagonismo do índio como participe no processo de construção e povoamento de Palmeira dos Índios. Faz-se, assim um caminho em direção a visibilidade, ao pertencimento e ao reconhecimento histórico e cultural do povo fundador do Município.

A presença dos Xukuru-Kariri é materializada através da produção agrícola que lhes assegura geração de renda, através de suas produções artesanais expostas nas feiras livres, nos centros comerciais ou em stands durante a realização de eventos, na oferta de produtos ao comércio local, na cultura folclorizada e exposta em vitrines do Museu Xucurus, nos nomes indígenas dados a alguns bairros da cidade, ou pelos elementos historiográficos como a lenda criada pelo escritor Luis B. Torres, que de forma romantizada dá vida aos índios Tilixi e Tixilia ou ainda, aparece nos símbolos de fundação do município como o brasão, a bandeira e o próprio nome da cidade que reafirma tal presença neste território, antes que o mesmo despontasse como vila, povoado e ou cidade.



O uso de toponímia indígena em fachadas de estabelecimentos comerciais, a imagem do casal de índios (descrito na lenda de fundação da cidade) que aparece no brasão estampado ao centro da bandeira e no rótulo da pipoca industrializada na zona rural de Palmeira dos Índios se constituem como elemento que por si só já coloca os Xucuru-Kariri em uma condição de protagonistas da história que tenta os ignorar.

Esse conjunto de imagens corroboram as argumentações já afirmadas por pesquisadores quanto à veracidade da presença indígena no município e o quanto essa presença

está arraigada no modo de vida da população envolvente, embora muitos relutem e não concordem com essa realidade tão evidente na cidade, situação que se assemelha ao pensamento de Julio Cezar Melatti quando diz:

Quando duas populações se defrontam, cada uma procura interpretar, julgar, os costumes e tradições da outra. Nem sempre tal interpretação ou julgamento se faz de boa fé. Desse modo, os civilizados brasileiros têm determinadas ideias a respeito dos índios e agem segundo essas idéias. (MELATTI 2007, p. 255)

O processo de demarcação física das terras Indígenas em Palmeira dos Índios

O processo de demarcação física das terras indígenas compreende uma área de 7.073⁶ ha, com um perímetro de 48 quilômetros aproximadamente, pouco mais de 1000 ha já estão ocupados oficialmente por índios. O território em questão localiza-se atualmente no entorno das aldeias já existentes, na região serrana, mas não existe nenhum mapa ou croqui que defina tais limites. As terras em conflito, em maior parte, estão em posse dos fazendeiros que adquiriram as terras de forma duvidosa.

Em outubro de 2013 foi determinado pelo Juiz da 5ª Vara de Arapiraca a imediata retomada dos trabalhos de regularização para a demarcação física do território Xucuru-Kariri inclusive com a desintração dos moradores das áreas ocupadas irregularmente e posterior indenização por suas benfeitorias, e caso não houvesse cumprimento a FUNAI e a União estariam sujeitos a multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) totalmente revertidos para os índios, no entanto nada foi agilizado e o Sindicato dos Produtores Rurais que assessora os posseiros entrou com recurso, ignorando assim o que determina o Artigo 65 da Constituição Brasileira quando afirma que “O Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas.”

A ausência de cumprimento da Lei prejudica o povo indígena em diversos aspectos, podendo os prejuízos serem irreparáveis a sua cultura, segurança, produção de alimentos, organização social, além, claro do histórico conflito com a sociedade envolvente em consequência da demora jurídica que ora favorece, ora desfavorece a população indígena, resultando em desgaste físico, violência, preconceito e tantas outras situações.

⁶ Dados fornecidos pelo Laudo Preliminar Circunstanciado, elaborado por Douglas Carrara (2011) quando foi contratado pela FUNAI.

O povo Xucuru-Kariri que desde meados do século XVII tradicionalmente ocupa o território e luta cotidianamente para que suas terras sejam de fato e direito regularizadas, tem encontrado muitas barreiras burocráticas, além das inúmeras ameaças contra suas lideranças.

O entrave maior se dá com uma área atualmente dividida em 463 propriedades que, segundo a assessoria do Sindicato⁷, possuem documentação comprobatória da sua compra de forma legal, porém no momento seguinte o mesmo assessor reconhece que essas mesmas terras foram doadas ao Frei Domingos de São José e aos índios para construção da capela em homenagem a Bom Jesus da Boa Morte, como segue:

Hoje a área é de 7.073 ha e nessa área têm 463 propriedades com cem anos, cento e cinquenta anos de escrituras centenárias. No século VXII, escrituras do tempo do império, até porque era uma sesmaria e quando os índios foram pra lá, foi uma doação de meia légua, que corresponde a três quilômetros ao redor de uma capela que foi doada ao Frei Domingos de São José pra que criasse aquela capela e que aquela capela era na Serra da Palmeira, depois Vila de Palmeira, depois Palmeira onde existiam os índios e aí a cidade absorveu o nome dos índios.

Analisando essa argumentação é notória ao menos uma contrariedade, pois como é que se tem a escritura de uma terra que anos atrás foi doada aos índios? Seriam estas documentações forjadas? Ou no mínimo documentações vendidas pelos próprios índios a estes posseiros mediante ameaças ou falsas promessas? Mas mesmo que se assim tivessem o feito, ainda não teria valor legal algum, uma vez que as terras onde os índios habitam são apenas para usufruto, como poderia outro cidadão adquiri-las de maneira idônea, se o índio não teria autonomia para vendê-la?

Baseando-se em relatos dessa natureza, além de outras fontes é perceptível o grande interesse na defesa da manutenção dessas terras, seja por sua qualidade, seja por sua fertilidade para investir no agronegócio, seja para a criação de animais, ou principalmente para continuarem sendo seus proprietários e detentores de ostentação de poder.

Em relação à opinião sobre a questão da demarcação física das terras indígenas é muito visível a disparidade de compreensão acerca desta situação. De um lado, pessoas alheias sem acesso a esta situação, alguns são herdeiros, outros são caseiros de chácaras ou fazendas que depois de dedicarem suas vidas ao cuidado das terras alheias, recebem de forma não oficial, um pedaço de chão para viverem. Segundo eles, a relação com os índios que vivem perto é tranquila como seria com pessoas de qualquer outra etnia ou segmento cultural, para muitos deles essa

⁷Fala do Sr. Ricardo Vitório assessor jurídico do Sindicato dos produtores Rurais e também posseiro, de uma parte das terras em processo demarcatório.

demarcação “nunca se concluirá”, pois ouvem falar dessa questão desde quando seus filhos eram crianças, hoje homens e mulheres feitos e mesmo assim pouco mudou.

Conforme narrativa do Morador 1⁸ que vive em uma propriedade próxima as áreas de demarcação física das terras Xukuru-Kariri:

Os índios são tranquilo [sic] pra viver perto deles, não faz bagunça nem são desordeiros, as veis [sic]eles some 15 dia, as veis um mês, mas num sai de dentro da terra deles, já ouvi falar que é pros ritual deles. A coisa só se complica quando o assunto é as terras por que eles também sabe que nós não tem outro canto pra viver, mas com eles mermo nunca falemos sobre isso, nós conversa mais é com os grande que também tão arriscado de perder suas terra, eles organizam reunião diz pra gente que vão resolver as coisas e que nós só precisa assinar confirmando que não temo outro canto pra ir. Eu na verdade queria continuar no meu canto, plantando, vivendo, sem ter briga com ninguém, por que como eu disse com eles não temo problema só quando se fala de terra é que as coisa [sic] muda de figura.

Do outro lado os que têm influência e aliados políticos, que disputam a terra como se disputassem a própria vida, chegando em muitas situações a fazer ameaças de homicídios em massa, caso a demarcação de fato aconteça, como narra o Morador 2⁹ a seguir:

Se o governo tirar a gente daqui para botar índio cachaceiro na terra que compramos com tanto suor e trabalho, o bicho vai pegar. Eu não quero nem pensar. [...] Esse pedacinho de terra aqui é minha vida, é o meu ganha pão, é tudo que eu tenho. Não é justo que arranquem ele de mim. [...] Se me tirarem do meu cantinho, arrancarão um pedaço de mim. Então, a minha vida não terá mais sentido.

São pontos de vista distintos. No primeiro relato é nítido que quem fala tem uma postura mais pacífica, tanto os índios, quanto os demais moradores tentam estabelecer uma convivência saudável. Mas no segundo relato é notório um discurso mais agressivo, que omite informações importantes e aparenta ter um discurso originado de outras falas. O mesmo não leva em consideração o que diz a própria ação de que as pequenas propriedades não serão desapropriadas e as que forem desapropriadas receberão suas indenizações compatíveis a cada realidade e situação das terras em questão.

A ausência dessa explicação gera preconceitos por parte da sociedade envolvente, como cita o Morador 3¹⁰:

[...] eu acho que eles são importantes para a cidade, por fazerem parte da nossa história, claro que nem todos que se diz índio nem convive com os índio [sic] e não se interessam a resgatar a história, passando para nós moradores da

⁸ Morador 3 que optou não ser identificado, a fim de manter sua imagem preservada em entrevista a autora no dia 22/03/2014.

⁹ Morador que optou não ser identificado, a fim de manter sua imagem preservada ao Site do Jornal Extra de Alagoas no dia 01 de maio de 2013.

¹⁰ Morador que optou não ser identificado, a fim de manter sua imagem preservada.

cidade uma descrença. Eu acho que as terras foram habitadas primeiro por eles, mas acho difícil que elas sejam devolvidas, porque parece mais se tratar de uma disputa política, da qual os índios não vão ter sua vez, não porque não mereça, mas porque eles, os fazendeiros, têm influência que protege eles.

Os índios Xucuru-Kariri precisam ser vistos e reconhecidos como patrimônio cultural e imaterial do município. A população envolvente precisa ser estimulada a conhecer sua própria história e compreender que nesse processo o índio se faz presente como sujeito e a partir daí, perceber como é possível e necessário conviver bem com esta etnia. Sobre os posseiros Frederico Vieira Campos¹¹ diz “em todos os momentos os proprietários tiveram seus interesses discutidos legalmente. A FUNAI não desrespeita direitos, apenas executa o que a lei determina. Não promovemos injustiças. Somos reféns da legalidade”.

Frederico reafirma as inúmeras tentativas do Estado em buscar caminhos junto aos posseiros no intuito de diminuir a resistência dos mesmos a entregarem as terras para as demarcações, no entanto, destaca que são poucos os que cedem e conseguem receber pelas terras e pelas benfeitorias.

[...] eu ouço falar deles há muito tempo, meus pais falava que era melhor não ter muita amizade com eles porque eles eram bravos, mas hoje não. Como eu vivo desde quando eu casei numa terra herdada pelo meu marido e á nos planta banana e vive disso na feira, não acho certo que a gente perca, porque os índio não precisa de muita terra, o que planta mais é pra consumo do que pra vender.

Os depoimentos acima demonstram o quanto pouco se sabe acerca das renúncias de territórios feitas pelo povo indígena, onde esse povo abre mão dos pequenos territórios por entender que os pequenos agricultores não teriam pra onde ir, situação que difere da realidade dos grandes posseiros.

Atualmente são oito aldeias reconhecidas no município e a Mata da Cafurna destaca-se como centro político das demais aldeias e que de forma muito interessante tenta trabalhar mecanismos de interação social entre índios e não índios através das visitas as aldeias e dos índios à escolas, como forma de desconstruir essa impressão equivocada sobre o povo indígena e sua cultura pode ser o início deste processo de mudança, mas para que esse preconceito realmente vá sendo substituído por outras ações, será necessário que de maneira natural os índios consigam readquirir as condições de viver em coletividade com os seus, resgatando seu modo de viver e fortalecendo sua cultura, desafio este que não cabe apenas ao povo indígena, mas sim a todos que compõem o meio onde existe estes conflitos.

¹¹ Coordenador Regional da Funai/AL.

Conclusão

As discussões aqui apresentadas dividiram-se entre como se dão as relações entre índios e não índios e sobre os preconceitos estereotipados, conflitos territoriais entre outros aspectos nesta mesma perspectiva, em sua maioria baseado nos relatos cedidos a autora, em alguns momentos de forma fragmentada, pelo fato dos entrevistados nem sempre responderem o questionado. Foram unidos ao texto elementos imagéticos que criasse um diálogo que possibilitasse ao leitor uma melhor compreensão da situação em discussão.

O artigo teve como objetivo tentar desconstruir este preconceito gratuito de parte de algumas pessoas da sociedade palmeirense para com os povos indígenas, para isto expôs as inúmeras características no município que o tradicionaliza enquanto cultura indígena. Também foi possível investigar as inúmeras contradições existentes por trás da demarcação física das terras indígenas do Povo Xucuru-Kariri, tomando como base os relatos tanto da comunidade indígena, quanto da comunidade não índia.

A história indígena é repleta de misticismo e encanto, fatores que contribuem e estimulado pesquisador a investir cada vez mais nesse caminho, com o desejo de externar a realidade dos indígenas, tendo-os como protagonistas de sua própria história, apresentando suas dificuldades até suas resistências a todas as formas de preconceito que parte dos mais diversos segmentos desta sociedade. Para que em um futuro próximo sociedade palmeirense, independente de ser indígena ou não, convivam respeitando o direito de ir e vir de cada um, reconhecendo que todos podemos ter diferenças, mas que isto não seja um fator para distanciamento ou qualquer tipo de indiferença, mas sim um motivo para estabelecer o convívio, compreendendo que é possível viver bem em um lugar que se tenha múltiplas culturas e saberes.

REFERÊNCIAS

1. ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado.** Rio de Janeiro, 1996.
2. ARRUTI, José M. P. A. **O reencantamento do mundo: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu.** Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 1996 (Dissertação Mestrado em Antropologia).
3. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.
4. CARRARA, Douglas. **Relatório preliminar circunstanciado das terras de identificação e delimitação da terra indígena Xucuru-Kariri.** 2011. Disponível em: <http://www.bchicomendes.com/cesamep/relatorio.htm>. Acesso em: 03/09/2016.
5. _____ IBGE. **Estimativa-da-populacao-2016.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=270630&idtema=130&search=alagoas|palmeira-dos-%C3%8Dndios|estimativa-da-populacao-2016->. Acesso em 15/09/2016.
6. _____ IBGE. **População Indígenas em Palmeira dos Índios.** Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 15/09/2016.
7. PEIXOTO, José Adelson L. **Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá.** João Pessoa, UFPB, 2013 (Dissertação Mestrado em Antropologia).
8. SILVA, Edson. **A afirmação dos índios no Nordeste.** In *Revista Crítica Histórica*, 2011.
9. SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros. **Aldeando sentidos: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste Alagoano.** Maceió EDUFAL, 2013.
10. TORRES, Luiz Barros. **Os Índios Xucuru e Kariri em Palmeira dos Índios.** 4ª ed. Maceió, Igasa, 1984.

ANAIIS ELETRÔNICOS

Título: Anais do Seminário PIBID História - Metodologia do Ensino de História: Identidade e Memória

ISSN: 2446-9912

Organização: Francisca Maria Neta e José Adelson Lopes Peixoto

